


## S01 - ARQUITETO(A) E URBANISTA

Tipo de Prova
<b>3</b>

Turno: MANHÃ

Nível: SUPERIOR

Duração da prova: 4h

 É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

---

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

**“A avareza perde tudo ao pretender ganhar tudo.” (Jean de La Fontaine)**

---

**Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:**

- O Cartão de Respostas, a Folha de Resposta e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas e na Folha de Resposta estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este Caderno de Questões contém **70 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA e 1 DISCURSIVA/REDAÇÃO** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

**Por motivo de segurança:**

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após **1 (uma) hora** do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando **30 (trinta) minutos** para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Resposta desidentificado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta, devendo assinar o Termo de Sala.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

**ATENÇÃO:**

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta, conforme estabelecido nos próprios.
- O Cartão de Respostas e a Folha de Resposta são personalizados, impossibilitando substituição de ambos.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta.

**BOA PROVA!**

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Questão 1

Leia o fragmento de texto a seguir.

“Prezada Diretora,

Solicito o encaminhamento dos documentos referentes ao processo administrativo nº 015/2025, a fim de subsidiar a continuidade da análise em curso.

Atenciosamente,  
Coordenação.”

Considerando a finalidade comunicativa, a estrutura formal e o contexto institucional do fragmento apresentado, ele corresponde ao gênero textual denominado:

- (A) editorial institucional.
- (B) artigo de opinião administrativo.
- (C) ofício ou correspondência administrativa formal.
- (D) relatório técnico.
- (E) ata de reunião administrativa.

### Questão 2

A vírgula delimita unidades sintáticas no período. Pela norma-padrão da língua portuguesa, não se deve separar por vírgula termos sintaticamente ligados, como sujeito e predicado ou verbo e objeto direto.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa em que o emprego da vírgula está correto.

- (A) O diretor, comunicou a decisão aos servidores antes do prazo regimental.
- (B) O servidor entregou, o memorando à chefia imediata sem demora.
- (C) Todos os documentos, foram protocolados na secretaria dentro do prazo.
- (D) Aprovado o recurso, o candidato foi convocado para a próxima etapa do certame.
- (E) O candidato, leu o edital, e preencheu o formulário de inscrição.

### Questão 3

Observe a frase a seguir.

“O arquiteto logrou êxito no desenvolvimento do projeto e foi convidado para assumir a coordenação da obra.”

No contexto apresentado, o verbo lograr significa:

- (A) tentou.
- (B) disputou.
- (C) mereceu.
- (D) obteve.
- (E) simulou.

### Questão 4

A redação oficial, conforme orientações do Manual de Redação da Presidência da República, estabelece princípios destinados a garantir clareza, padronização e impessoalidade nas comunicações administrativas. Considerando essas diretrizes, analise as proposições a seguir.

I. A redação deve ser direta e objetiva, evitando ambiguidades, termos vagos ou construções excessivamente complexas conforme o exemplo a seguir: “O referido processo será encaminhado oportunamente para os devidos fins.”

II. A comunicação oficial deve ser impessoal, a exemplo da seguinte frase: “A comissão acredita que o projeto apresentado é interessante.”

III. Os textos oficiais seguem padrões estruturais e terminológicos definidos. Nesse contexto, são comuns expressões próprias da linguagem institucional, como: “Encaminha-se o presente expediente para análise.”

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

### Questão 5

No período composto por coordenação, as conjunções estabelecem relações semânticas entre as orações.

Assinale a alternativa em que a classificação da oração coordenada está **INCORRETA**.

- (A) “Estudou bastante, portanto foi aprovado.” — coordenada conclusiva.
- (B) “Não apenas se dedicou aos estudos, mas também conquistou a aprovação.” — coordenada adversativa.
- (C) “Ou você entrega o relatório no prazo, ou assume as consequências.” — coordenada alternativa.
- (D) “Faltou ao trabalho, pois estava doente.” — coordenada explicativa.
- (E) “A decisão foi tomada, e todos foram comunicados.” — coordenada aditiva.

### Questão 6

Complete corretamente a frase a seguir, considerando a construção verbal adequada.

“Se o arquiteto responsável \_\_\_\_\_ o projeto executivo dentro do prazo estabelecido, a proposta técnica seria analisada pela comissão de avaliação.”

- (A) entregar
- (B) entregou
- (C) entregasse
- (D) entrega
- (E) entregará

**Questão 7**

Observe o período abaixo:

“Convém que os candidatos leiam atentamente o edital antes de se inscreverem no certame.”

Assinale a alternativa que apresenta a análise sintática correta.

- (A) “Convém” é verbo de ligação.
- (B) O sujeito de “convém” é “os candidatos”.
- (C) A oração introduzida por “que” exerce função de objeto direto.
- (D) “Antes de se inscreverem no certame” é oração concessiva.
- (E) A oração “que os candidatos leiam atentamente o edital” exerce função de sujeito de “convém”.

**Questão 8**

Durante a elaboração de projetos arquitetônicos, relatórios técnicos e documentos administrativos, profissionais da área precisam produzir textos formais com correção gramatical, especialmente em comunicações institucionais, memoriais descritivos e pareceres técnicos.

Considerando o uso adequado da concordância verbal em textos formais da área profissional, assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Fazem dois anos que o arquiteto trabalha neste escritório de projetos.
- (B) Haviām muitos profissionais envolvidos na elaboração do plano urbanístico.
- (C) É necessários maiores detalhes sobre as especificações do projeto arquitetônico.
- (D) Foram entregue todos os relatórios técnicos solicitados pela coordenação da obra.
- (E) Mais de um arquiteto participou da elaboração da proposta apresentada.

**Questão 9**

Considerando as regras da norma-padrão relativas ao emprego do acento indicativo de crase, analise cada enunciado.

Assinale a alternativa em que o emprego da crase está correto.

- (A) O diretor encaminhou o memorando à secretaria responsável pelo setor.
- (B) O documento foi entregue à ele para ciência.
- (C) O servidor comprometeu-se à entregar o relatório.
- (D) A decisão foi comunicada à todos os membros da comissão.
- (E) A pessoa dirigiu-se à qualquer servidor para obter informações.

**Questão 10**

Leia o trecho.

“O servidor chegou atrasado à reunião. \_\_\_\_\_, não pôde acompanhar a apresentação inicial dos trabalhos.”

Assinale a alternativa que apresenta o elemento coesivo que estabelece corretamente uma relação de consequência entre os enunciados.

- (A) Entretanto
- (B) Por isso
- (C) Embora
- (D) Contudo
- (E) Todavia

**LEGISLAÇÃO****Questão 11**

Entre os instrumentos utilizados para fortalecer programas de compliance na administração pública, destaca-se o princípio da segregação de funções.

Esse princípio está relacionado principalmente à:

- (A) distribuição de responsabilidades administrativas entre diferentes agentes ou unidades organizacionais.
- (B) concentração da tomada de decisão em níveis hierárquicos superiores da administração.
- (C) criação de estruturas administrativas paralelas destinadas ao controle externo.
- (D) aumento da autonomia técnica dos servidores públicos.
- (E) substituição dos procedimentos administrativos por mecanismos mais automatizados.

**Questão 12**

Julgue as sentenças abaixo relativas à relação entre conduta funcional e vida privada do servidor público, assinalando V para VERDADEIRA e F para FALSA.

( ) A função pública integra a vida particular do servidor, podendo sua conduta privada influenciar sua reputação funcional.

( ) A conduta pessoal do servidor não possui relação com a avaliação ética de sua atuação profissional.

( ) Atos praticados fora do exercício do cargo podem repercutir na imagem institucional do serviço público.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) V – F – V
- (C) F – V – V
- (D) V – V – V
- (E) F – F – V

**Questão 13**

No âmbito das regras previstas no Código de Ética do Servidor Público, a publicidade dos atos administrativos possui relevância ética própria. Segundo o Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, a omissão da publicidade de ato administrativo, quando não houver justificativa legal para sigilo:

- (A) constitui irregularidade exclusivamente administrativa.
- (B) configura falha procedimental sem implicações administrativas.
- (C) depende da avaliação discricionária do agente público responsável.
- (D) somente gera consequências quando houver prejuízo financeiro ao erário.
- (E) compromete a moralidade administrativa e caracteriza conduta eticamente reprovável.

**Questão 14**

De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, são deveres fundamentais do servidor público ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público.

Nesse sentido, urbanidade pode ser entendida como a:

- (A) observância estrita das formalidades administrativas e do tratamento protocolar entre servidor e administrado, com prioridade à hierarquia institucional na comunicação com o público.
- (B) adoção de conduta respeitosa, educada e atenciosa no trato com usuários e colegas de trabalho, pautada por consideração às diferenças individuais e pela busca de convivência harmoniosa no ambiente público.
- (C) atuação imparcial do servidor no cumprimento de suas atribuições, assegurando que decisões administrativas sejam tomadas sem favorecimentos ou discriminações pessoais.
- (D) garantia de atendimento eficiente e célere ao cidadão, mediante a priorização das demandas mais urgentes e a racionalização dos procedimentos administrativos.
- (E) postura de neutralidade funcional do servidor diante de conflitos ou divergências no ambiente institucional, evitando manifestações pessoais que possam comprometer a imagem da administração.

**Questão 15**

De acordo com o Regimento Geral do CAU, o cargo de conselheiro do CAU/UF ou do CAU/BR apresenta determinadas características relativas ao exercício da função. Assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício do cargo possui natureza remunerada obrigatória.
- (B) O mandato possui duração de cinco anos.
- (C) O cargo é considerado função honorífica.
- (D) O conselheiro não pode participar de comissões no âmbito do conselho.
- (E) O mandato inicia-se na data da eleição.

**Questão 16**

Considere as proposições a seguir relativas à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992.

- I. A lei alcança agentes políticos, servidores públicos e outras pessoas que exerçam função pública.
- II. A lei pode ser aplicada a particulares quando estes obtiverem benefício direto do ato de improbidade, ainda que não tenham participado da conduta do agente público.
- III. A lei incide sobre atos praticados contra o patrimônio público e social da administração pública.

Está(ão) correta(s):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

**Questão 17**

No contexto dos programas de integridade aplicados à administração pública, a gestão de riscos constitui etapa relevante para a prevenção de irregularidades administrativas.

Nesse processo, a identificação, análise e tratamento de riscos institucionais têm como finalidade principal:

- (A) Substituir os mecanismos formais de controle interno por avaliações periódicas de desempenho.
- (B) Concentrar as atividades de fiscalização em unidades especializadas de auditoria externa.
- (C) Restringir a atuação administrativa a procedimentos previamente padronizados.
- (D) Permitir a antecipação de situações que possam comprometer a integridade das decisões administrativas.
- (E) Transferir a responsabilidade pela conformidade institucional aos órgãos de controle.

**Questão 18**

Considere as proposições a seguir relativas ao mandato dos conselheiros dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo.

- I. O mandato dos conselheiros possui duração determinada pela lei.
- II. A recondução para mandato subsequente é admitida sem qualquer limitação.
- III. A perda do mandato pode ocorrer em determinadas hipóteses previstas na legislação.

Está(ão) correta(s):

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

**Questão 19**

No regime disciplinar estabelecido pela Lei nº 12.378/2010, os processos disciplinares instaurados no âmbito do CAU/BR e dos CAUs devem observar determinadas regras procedimentais.

De acordo com a lei, o processo disciplinar:

- (A) pode ser instaurado mediante representação de qualquer autoridade ou por iniciativa do próprio conselho competente.
- (B) depende prioritariamente de provocação do Ministério Público.
- (C) deve ser iniciado mediante decisão do Poder Judiciário competente.
- (D) exige autorização prévia do CAU/BR para instauração pelos CAUs.
- (E) somente pode ser instaurado mediante representação do interessado direto.

**Questão 20**

Considere as afirmações a seguir acerca da organização institucional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

- I. O Plenário integra os órgãos deliberativos do CAU.
- II. A Presidência compõe a estrutura dos órgãos deliberativos.
- III. As comissões permanentes fazem parte dos órgãos deliberativos.

Está(ão) correta(s):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 21**

O Estado é a organização política soberana formada por um conjunto de instituições permanentes destinadas a exercer o poder político sobre um território e uma população.

Na teoria clássica do Estado, seus elementos constitutivos são:

- (A) constituição, exército e bandeira.
- (B) povo, território e soberania.
- (C) presidente, bandeira e forças armadas.
- (D) população, administração pública e ordenamento jurídico.
- (E) sociedade civil, governo e sistema jurídico.

**Questão 22**

Durante atividade de fiscalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), um servidor responsável por vistoriar uma obra removeu indevidamente equipamentos de um escritório de arquitetura, causando danos materiais ao profissional fiscalizado. Posteriormente, ficou comprovado que o prejuízo decorreu da atuação do agente no exercício de suas funções. O arquiteto prejudicado ingressou com pedido de indenização contra a administração. Nesse caso, para que se configure a responsabilidade civil do Estado no regime adotado pelo direito brasileiro, é necessário comprovar:

- (A) ocorrência do dano, a conduta administrativa e o nexo causal entre a atuação estatal e o prejuízo sofrido pelo particular.
- (B) comprovação de dolo do agente público e a demonstração de enriquecimento ilícito da administração.
- (C) existência de culpa grave do agente público e a demonstração de intenção deliberada de causar prejuízo ao administrado.
- (D) violação de norma penal por parte do agente público responsável pela atividade administrativa.
- (E) existência de autorização judicial prévia para a realização da atividade administrativa que gerou o dano.

**Questão 23**

O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da administração pública ou de quem a represente, produzida no exercício da função administrativa e destinada a produzir efeitos jurídicos imediatos, com observância do regime jurídico de direito público. Para sua validade, exige-se a presença de cinco requisitos essenciais:

- (A) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) solução, forma, publicidade, eficiência e finalidade.
- (C) finalidade, motivo, objeto, publicidade e legalidade.
- (D) persistência, finalidade, mérito, forma e objeto.
- (E) sucesso, forma, conteúdo, interesse público e legalidade.

**Questão 24**

Leia o excerto abaixo:

Embora o Estado responda objetivamente pelos danos causados por seus agentes, determinadas circunstâncias podem excluir ou atenuar a responsabilidade estatal. Entre as principais causas excludentes encontram-se o(a) \_\_\_\_\_, quando eventos imprevisíveis ou inevitáveis rompem o nexo causal entre a atuação estatal e o dano.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) erro administrativo
- (B) atuação regular do agente
- (C) caso fortuito e a força maior
- (D) dificuldade operacional
- (E) exercício irregular

**Questão 25**

Durante fiscalização de rotina realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), um servidor responsável pela condução de veículo oficial deslocava-se para vistoriar obra irregular. No trajeto, ao dirigir em velocidade incompatível com as condições da via e sem observar a sinalização de parada obrigatória, acabou colidindo com o automóvel de um particular, causando danos materiais significativos. O proprietário do veículo ajuizou ação contra o CAU, que foi condenado judicialmente a indenizar o prejuízo, uma vez que o dano foi causado por agente público no exercício de suas funções. Após efetuar o pagamento da indenização ao particular prejudicado, a administração passou a avaliar as medidas jurídicas cabíveis em relação ao servidor responsável pelo acidente, diante da comprovação de que houve imprudência na condução do veículo oficial.

Diante dessa situação, o instrumento jurídico que permite à administração pública buscar do servidor responsável o ressarcimento dos valores pagos ao terceiro prejudicado denomina-se:

- (A) responsabilidade administrativa disciplinar.
- (B) direito de regresso.
- (C) ação civil pública reparatória.
- (D) responsabilização objetiva direta do agente público.
- (E) processo de recomposição patrimonial administrativa.

**Questão 26**

Os poderes administrativos correspondem às prerrogativas conferidas à administração pública para viabilizar a execução das funções estatais e assegurar a supremacia do interesse público. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

- I. O poder hierárquico permite a organização interna da administração, estabelecendo relações de subordinação entre órgãos e agentes, inclusive para fins de delegação, avocação e revisão de atos administrativos.
- II. O poder de polícia autoriza a administração a aplicar sanções a servidores e particulares sujeitos à disciplina administrativa em razão de infrações funcionais ou contratuais.
- III. O poder regulamentar consiste na competência conferida ao chefe do Poder Executivo para editar atos normativos destinados a complementar e viabilizar a execução das leis.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

**Questão 27**

O controle da administração pública corresponde ao conjunto de mecanismos institucionais destinados a fiscalizar a legalidade, legitimidade e eficiência da atuação estatal. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) O controle da administração pública pode ser exercido internamente pela própria administração, por meio do chamado controle administrativo, que envolve supervisão hierárquica e revisão de atos.

( ) Há o controle legislativo, exercido pelo Poder Legislativo com auxílio dos tribunais de contas, responsável pela fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública.

( ) O controle judicial permite que o Poder Judiciário examine a legalidade dos atos administrativos, assegurando a proteção dos direitos individuais e a observância do princípio da legalidade no exercício da função administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – F – F
- (D) V – F – V
- (E) V – V – V

**Questão 28**

A decadência administrativa corresponde à perda do direito da administração pública de anular seus próprios atos quando estes tenham produzido efeitos favoráveis aos administrados e tenha transcorrido determinado lapso temporal fixado em lei. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) A decadência administrativa trata-se de um instituto jurídico relacionado ao princípio da legitimidade, pois limita no tempo o poder de autotutela administrativa.

( ) No direito administrativo brasileiro, a Lei nº 9.784/1999 estabelece, como regra geral, o prazo de cinco anos para que a administração possa invalidar atos administrativos ilegais que tenham beneficiado particulares, contados da data em que foram praticados.

( ) A finalidade desse instituto é garantir estabilidade nas relações entre administração e administrados, evitando que decisões administrativas consolidadas ao longo do tempo sejam indefinidamente revistas pelo próprio poder público.

Assinale a alternativa correta.

- (A) F – V – V
- (B) V – V – F
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

**Questão 29**

Um escritório de arquitetura recebeu autorização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) para realizar determinado tipo de atividade técnica condicionada ao cumprimento de exigências específicas previstas em regulamento profissional. Após fiscalização, verificou-se que o responsável técnico deixou de cumprir reiteradamente as condições estabelecidas para a manutenção da autorização, mesmo após notificações administrativas. Diante do descumprimento das obrigações impostas para a validade do ato administrativo anteriormente concedido, a administração decidiu extinguir o ato que permitia o exercício daquela atividade.

Nesse caso, o mecanismo jurídico de extinção do ato administrativo utilizado pela administração denomina-se:

- (A) anulação.
- (B) revogação.
- (C) convalidação.
- (D) caducidade.
- (E) cassação.

**Questão 30**

A responsabilidade civil da administração pública constitui tema central no Direito Administrativo, pois envolve a definição das condições jurídicas pelas quais o poder público pode ser obrigado a reparar prejuízos causados a particulares em decorrência de sua atuação. A doutrina e a jurisprudência brasileiras desenvolveram diferentes modelos explicativos para essa responsabilização, considerando elementos como a natureza da atividade estatal, a presença ou não de culpa do agente e a relação entre o dano e a atuação administrativa. No ordenamento constitucional vigente, a análise dessa matéria exige a observância dos parâmetros estabelecidos para a responsabilização estatal por atos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções. Nesse contexto, a responsabilidade civil do Estado fundamentada na teoria do risco administrativo caracteriza-se por:

- (A) exigir a demonstração de dolo ou culpa do agente público para que o estado seja obrigado a indenizar o particular prejudicado.
- (B) atribuir responsabilidade direta e exclusiva ao agente público causador do dano, afastando a obrigação indenizatória da administração pública.
- (C) permitir que o particular prejudicado seja indenizado mediante a comprovação do dano e do nexo causal entre a atuação administrativa e o prejuízo sofrido.
- (D) restringir a responsabilização estatal apenas às hipóteses em que o dano decorra de atos normativos ou legislativos praticados pelo poder executivo.
- (E) estabelecer que a administração pública somente responda por danos decorrentes de atividades ilícitas praticadas por seus agentes no exercício da função pública.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Questão 31**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) constitui documento emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo. De acordo com a regulamentação do CAU, a CAT conterá as seguintes informações, **EXCETO**:

- (A) número da certidão.
- (B) nome do arquiteto e urbanista.
- (C) título profissional e, se houver, complemento.
- (D) data de registro do arquiteto e urbanista no CAU.
- (E) valor dos honorários profissionais recebidos.

**Questão 32**

Segundo a Resolução CAU/BR nº 152, de 24 de novembro de 2017, e suas alterações, em seu art. 5º, é dever do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) devolver a sua cota-parte de vinte por cento (20%) aos CAU/UF dos ressarcimentos aprovados e pagos. Assim, a norma também estabelece quais valores podem ser objeto de ressarcimento no âmbito do sistema.

Considerando essas disposições, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a valor passível de ressarcimento.

- (A) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
- (B) Taxa de expediente de RRT Extemporâneo.
- (C) Taxa de Carteira de Identidade Profissional.
- (D) Taxa de expediente para emissão de Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A).
- (E) Anuidade de Pessoas Físicas e Jurídicas.

**Questão 33**

Durante uma Bienal de Arte, um arquiteto projeta um pavilhão instalado em um parque urbano para abrigar exposições, performances e atividades culturais ao longo do evento. A estrutura foi concebida com materiais leves e sistemas construtivos desmontáveis, permitindo sua retirada completa após o encerramento da bienal.

Do ponto de vista do glossário arquitetônico, esse tipo de estrutura é denominado:

- (A) arquitetura monumental.
- (B) equipamento urbano.
- (C) infraestrutura cultural fixa.
- (D) instalação efêmera.
- (E) arquitetura vernacular.

**Questão 34**

Compete ao CAU/UF analisar, deliberar e ressarcir os valores pagos indevidamente por profissionais ou empresas que atuem em sua Unidade Federativa.

O processo de ressarcimento poderá ser iniciado por:

- (A) arquiteto e urbanista registrado no CAU; pelo responsável pela pessoa jurídica registrada no Conselho; e por representante legal devidamente constituído mediante procuração apresentada ao CAU/UF.
- (B) arquiteto e urbanista regularmente registrado no CAU; pelo responsável pela pessoa jurídica registrada no Conselho; e por entidade de classe representativa da categoria profissional.
- (C) pessoa física, arquiteto e urbanista, devidamente registrado no CAU; pelo responsável pela pessoa jurídica, devidamente registrada no CAU; e pelo CAU/UF, de ofício, quando constatados valores recebidos indevidamente.
- (D) arquiteto e urbanista registrado no CAU; pelo responsável pela pessoa jurídica registrada no Conselho; e por servidor do CAU/UF encarregado da análise financeira do processo administrativo.
- (E) arquiteto e urbanista devidamente registrado no CAU; pelo responsável pela pessoa jurídica registrada no Conselho; e por profissional que tenha efetuado o pagamento em nome do interessado.

**Questão 35**

Acerca do julgamento de recurso em processo ético-disciplinar levado à apreciação do Plenário do CAU/BR, conforme a Resolução CAU/BR nº 143, de 23 de junho de 2017, e alterações posteriores, julgue as frases abaixo.

I. Compete sempre ao conselheiro mais velho do CAU/BR conduzir a sessão de julgamento do recurso, zelando pela observância das regras procedimentais, sem emitir qualquer juízo de valor sobre o caso em análise.

II. A sessão de julgamento deverá ser transmitida por meios telemáticos.

III. As partes e seus procuradores poderão acompanhar a sessão de julgamento do recurso, com direito a sustentação oral por até 10 (dez) minutos, após a leitura do relatório e voto fundamentado, incluído, nesse prazo, a manifestação tanto da parte quanto do respectivo procurador.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

**Questão 36**

No âmbito das definições utilizadas nas atividades profissionais do arquiteto e urbanista, a Resolução nº 21, de 5 de abril de 2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, apresenta em seu glossário conceitos relacionados às diferentes escalas de planejamento territorial e urbano.

Segundo esse glossário, a região metropolitana brasileira que se situa em mais de uma Unidade da Federação, criada por legislação federal específica, que delimita os municípios integrantes e estabelece as competências de um colegiado responsável pela gestão de interesses comuns, é denominada:

- (A) Aglomeração urbana interestadual.
- (B) Região metropolitana ampliada.
- (C) Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE).
- (D) Consórcio público interfederativo.
- (E) Sistema de Informações Geográficas (SIG)

**Questão 37**

De acordo com a Resolução CAU/BR nº 143, de 23 de junho de 2017, e alterações posteriores, o processo ético-disciplinar será instaurado de ofício ou mediante representação do interessado.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A instauração do processo ético-disciplinar poderá ocorrer mediante comunicação genérica dirigida ao Conselho, ainda que desacompanhada de identificação do comunicante.
- (B) A instauração do processo ético-disciplinar mediante representação dar-se-á por meio de denúncia formal, escrita e devidamente identificada.
- (C) A instauração do processo ético-disciplinar poderá ocorrer por manifestação informal apresentada por interessado, independentemente da identificação do autor.
- (D) A representação poderá ser apresentada ao Conselho por qualquer meio, inclusive de forma verbal, desde que haja posterior registro administrativo dos fatos narrados.
- (E) A representação poderá ser apresentada de forma anônima, desde que contenha indícios suficientes para a abertura imediata do processo ético-disciplinar.

**Questão 38**

Compete ao agente de fiscalização do CAU/UF, no exercício da atividade fiscalizatória, executar todas as atribuições inerentes às atividades de fiscalização, de acordo com esta Resolução e com os atos normativos do CAU/BR, sendo-lhe privativas as seguintes atividades, **EXCETO**:

- (A) aplicação de penalidades disciplinares aos profissionais ou às pessoas jurídicas autuadas.
- (B) emissão e assinatura das notificações preventivas.
- (C) lavratura e assinatura dos autos de infração.
- (D) promoção ou atendimento de diligências no procedimento fiscalizatório.
- (E) elaboração e assinatura do relatório de fiscalização.



**Questão 39**

A indicação da responsabilidade técnica em peças publicitárias e materiais de divulgação constitui instrumento relevante para assegurar a identificação dos profissionais responsáveis pelas atividades técnicas, além de garantir o reconhecimento da autoria profissional.

Conforme estabelece a Resolução CAU/BR nº 75/2014, ao divulgar projeto, obra ou serviço de Arquitetura e Urbanismo em meios de comunicação, deve-se observar que:

- (A) a identificação do responsável técnico é facultativa, podendo ser substituída pela identificação da empresa executora.
- (B) a indicação do responsável técnico deve constar apenas quando houver financiamento público na obra ou serviço divulgado.
- (C) somente o número do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) deve ser informado, dispensando-se os dados do profissional.
- (D) a divulgação deve indicar o responsável técnico, o título profissional, o número de registro no CAU e a atividade técnica desenvolvida.
- (E) a identificação do responsável técnico pode ser substituída pela indicação da construtora responsável pela obra.

**Questão 40**

Sobre a alteração do registro de pessoa jurídica conforme a Resolução CAU/BR nº 28, de 6 de julho de 2012, e suas alterações, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

- ( ) O registro de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo deverá ser alterado, no SICCAU, caso ocorra modificação no ato constitutivo da pessoa jurídica ou baixa ou substituição de responsabilidade técnica.
- ( ) Se a baixa de responsabilidade técnica for solicitada pelo arquiteto e urbanista, e se este for o único responsável técnico pela pessoa jurídica, a solicitação deverá ser atendida no prazo de dez dias.
- ( ) Se a baixa for solicitada pela pessoa jurídica, e se esta possuir mais de um responsável técnico, a solicitação será atendida de imediato.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

**Questão 41**

A Resolução CAU/BR nº 91, de 9 de outubro de 2014, e alterações posteriores, regulamenta o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no âmbito do Sistema CAU, prevendo situações em que o registro ocorre após o início ou conclusão da atividade técnica realizada pelo profissional.

Com base nessas disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- (A) O RRT Extemporâneo é solicitado por meio de requerimento específico no ambiente profissional do SICCAU, acompanhado de declaração do arquiteto e documentos que comprovem a realização da atividade técnica.
- (B) O RRT Extemporâneo é emitido automaticamente pelo CAU/UF sempre que houver atraso no registro da atividade técnica realizada pelo profissional.
- (C) O RRT Extemporâneo é registrado mediante comunicação do contratante ao CAU, com posterior confirmação do arquiteto responsável pela atividade.
- (D) O RRT Extemporâneo pode ser solicitado mediante declaração do arquiteto, dispensada a apresentação de documentos comprobatórios da atividade realizada.
- (E) O RRT Extemporâneo é emitido a partir de solicitação do contratante ou do responsável legal da empresa executora da atividade técnica.

**Questão 42**

O Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil estabelece parâmetros deontológicos destinados a orientar a conduta profissional dos arquitetos e urbanistas no exercício da profissão, disciplinando princípios, regras e recomendações que estruturam a atuação ética da categoria. De acordo com esse Código, as normas nele previstas são organizadas em três classes hierarquicamente relacionadas. Assinale a alternativa que indica corretamente essas classes normativas.

- (A) Diretrizes, normas e sanções.
- (B) Princípios, regras e recomendações.
- (C) Valores, diretrizes e regulamentos.
- (D) Preceitos, determinações e advertências.
- (E) Fundamentos, obrigações e penalidades.

**Questão 43**

De acordo com a Resolução CAU/BR nº 198, de 15 de dezembro de 2020, compete aos auxiliares de fiscalização as seguintes atribuições inerentes às atividades de fiscalização.

- I - Conduzir veículos.
- II - Colher informações documentais.
- III - Fazer levantamento topográfico.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.

**Questão 44**

Acerca da Certidão Negativa de Débito (CND), julgue as frases abaixo.

I. A CND é o documento que certifica, para os efeitos legais, que o arquiteto e urbanista ou a pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo com registro interrompido, suspenso, cancelado ou baixado encontra-se sem débito junto ao CAU.

II. A CND da pessoa física conterá diversas informações, entre elas, o número da certidão, o nome do arquiteto e urbanista e informação sobre a inexistência de débito junto ao CAU.

III. A CND deverá ser solicitada por meio de requerimento específico, disponível no SICCAU.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

**Questão 45**

A pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), cujo cadastro não tenha sido transferido para o SICCAU, poderá ser registrada no CAU/UF, mediante a comprovação de seu registro anterior, através de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ), ou documento equivalente que contenha, no mínimo, as seguintes informações, **EXCETO**:

- (A) objetivos sociais.
- (B) capital social.
- (C) data do registro no CREA.
- (D) identificação do arquiteto e urbanista responsável técnico.
- (E) valor do contrato de prestação de serviços firmado.

**Questão 46**

Em um escritório de arquitetura, a equipe técnica foi solicitada a elaborar um documento preliminar para analisar o comportamento térmico de diferentes tipos de cobertura aplicáveis a um conjunto habitacional em clima tropical. O documento deverá apresentar uma investigação breve sobre propriedades dos materiais, desempenho térmico e possíveis implicações para o conforto ambiental, sem a necessidade de desenvolvimento completo de projeto ou de experimentação laboratorial detalhada.

Nesse contexto, a atividade descrita corresponde a um(a):

- (A) tese técnica.
- (B) memorial descritivo.
- (C) ensaio.
- (D) laudo pericial.
- (E) dissertação aprovada.

**Questão 47**

Durante a execução de uma obra, diversas modificações foram realizadas em relação ao projeto original, como alteração de posições de pontos elétricos, pequenas mudanças nas divisórias internas e ajustes nas dimensões de alguns elementos construtivos. Ao final da obra, o arquiteto foi solicitado a atualizar os desenhos técnicos para que representassem fielmente aquilo que foi realmente construído, registrando todas as alterações ocorridas durante a execução.

O documento técnico resultante desse processo é conhecido como:

- (A) projeto executivo.
- (B) memorial descritivo.
- (C) projeto legal.
- (D) levantamento arquitetônico.
- (E) as built.

**Questão 48**

O registro para habilitação ao exercício profissional de arquitetos e urbanistas, diplomados no País por instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecidas pelo poder público, será feito no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou do Distrito Federal (CAU/UF) da jurisdição do domicílio do profissional.

O requerimento de registro deve ser instruído com arquivos digitais dos seguintes documentos, **EXCETO**:

- (A) Prova de regularidade com o serviço militar, nos termos da lei, quando brasileiro do sexo masculino.
- (B) Carteira de identidade civil ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação da obtenção de visto permanente no País, expedida na forma da lei.
- (C) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- (D) Prova de regularidade com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro.
- (E) Histórico escolar do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

**Questão 49**

Julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) O Código de Ética e Disciplina do CAU estabelece parâmetros deontológicos que orientam a conduta dos arquitetos e urbanistas registrados no Conselho.

( ) As regras previstas no Código possuem caráter orientativo e seu descumprimento não configura infração ética disciplinar.

( ) As recomendações do Código não geram sanção direta quando descumpridas, podendo, contudo, influenciar a avaliação de agravantes ou atenuantes em processos disciplinares.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

**Questão 50**

Leia o excerto abaixo:

Em intervenções arquitetônicas, sobretudo em edificações antigas ou de interesse histórico, é fundamental realizar investigações prévias sobre as estruturas e os materiais existentes. Esse procedimento envolve técnicas de sondagem, análise de camadas construtivas e identificação de alterações realizadas ao longo do tempo. Tais estudos permitem compreender a evolução da edificação e orientar decisões adequadas de conservação ou intervenção. Conforme a Resolução CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012, esse processo é denominado \_\_\_\_\_, sendo essencial para revelar elementos ocultos e apoiar soluções técnicas mais seguras durante a obra.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) levantamento arquitetônico
- (B) diagnóstico construtivo
- (C) perícia estrutural
- (D) inventário patrimonial
- (E) prospecção

**Questão 51**

Com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.888/2008, que institui a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), a política pública de assistência técnica voltada às famílias de baixa renda prevê critérios de priorização para a implementação das ações e projetos habitacionais.

Logo, os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

- (A) em empreendimentos imobiliários destinados à valorização do mercado habitacional urbano.
- (B) sob regime de mutirão e em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.
- (C) por empreendimentos habitacionais conduzidos por incorporadoras privadas voltados à venda comercial.
- (D) em projetos habitacionais voltados à expansão de áreas urbanas de alto padrão construtivo.
- (E) em projetos de requalificação urbana destinados à exploração turística e valorização imobiliária.

**Questão 52**

A Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, com alterações posteriores, estabelece procedimentos administrativos para a cobrança de débitos decorrentes de anuidades e multas de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Após a consolidação dos débitos e a emissão dos avisos de cobrança, a norma prevê medidas administrativas a serem adotadas caso não haja regularização da dívida pelo devedor.

Nos termos dessa resolução, frustrada a negociação ou o pagamento administrativo da dívida, ficam os CAU/UF autorizados a:

- (A) encaminhar as Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial por falta de pagamento.
- (B) cancelar automaticamente o registro profissional ou empresarial do devedor.
- (C) suspender imediatamente o exercício profissional do arquiteto ou o funcionamento da pessoa jurídica inadimplente.
- (D) transferir o débito para inscrição automática em cadastro público de inadimplentes mantido pelo Poder Executivo Federal.
- (E) promover o bloqueio administrativo das atividades técnicas vinculadas aos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) do devedor.

**Questão 53**

A Resolução CAU/BR nº 75/2014 estabelece regras específicas para a fixação de placas em locais de execução de obras ou serviços.

De acordo com essa resolução, as placas de identificação profissional devem permanecer no local da obra:

- (A) apenas durante a fase inicial de execução do projeto arquitetônico.
- (B) desde o início até o término da obra ou serviço, sendo considerado como término o momento de baixa do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
- (C) apenas durante as etapas estruturais da obra, sendo dispensadas nas fases de acabamento.
- (D) somente durante as fiscalizações realizadas pelos Conselhos Profissionais.
- (E) até a conclusão física da obra, independentemente da atuação do registro profissional correspondente.

**Questão 54**

A Resolução CAU/BR nº 93, de 7 de novembro de 2014, e alterações posteriores, dispõe sobre a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) no âmbito do Sistema CAU. Entre suas modalidades está a CAT-O.

Com base nessas disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A CAT-O registra informações institucionais da empresa e referências gerais às atividades desenvolvidas no campo da Arquitetura e Urbanismo.
- (B) A CAT-O apresenta o nome da pessoa jurídica e a relação de serviços executados, independentemente de vínculos com Registros de Responsabilidade Técnica.
- (C) A CAT-O reúne dados cadastrais da empresa e registros de atividades técnicas declaradas pela pessoa jurídica no momento da solicitação da certidão.
- (D) A CAT-O contém dados da pessoa jurídica registrada no CAU, incluindo razão social, número de inscrição no CNPJ e informação sobre a situação de registro ativo.
- (E) A CAT-O indica dados da pessoa jurídica e identificação dos profissionais vinculados ao quadro técnico no momento da emissão da certidão.

**Questão 55**

Leia o excerto abaixo:

A \_\_\_\_\_ é o documento que certifica, para os efeitos legais, que a pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo se encontra com registro ativo e sem débito junto ao CAU.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) Certidão de Situação Cadastral da Pessoa Jurídica no CAU
- (B) Certidão de Regularidade Profissional da Pessoa Jurídica
- (C) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica
- (D) Certidão de Cadastro Técnico da Pessoa Jurídica
- (E) Certidão de Regularidade de Atividades Técnicas da Pessoa Jurídica

**Questão 56**

Leia o excerto abaixo:

O \_\_\_\_\_ é o conjunto de projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, que tenham sido por ele realizados e registrados no CAU/UF por meio de Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), nos termos da legislação em vigor.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) registro profissional do arquiteto e urbanista
- (B) repertório profissional registrado no sistema do CAU
- (C) cadastro de atividades técnicas do profissional
- (D) histórico de atividades profissionais registradas no Conselho
- (E) acervo técnico do arquiteto e urbanista

**Questão 57**

De acordo com a Resolução CAU/BR nº 193/2020, com alterações posteriores, ficarão isentos do pagamento da anuidade os arquitetos e urbanistas que:

- (A) tenham cancelado voluntariamente seu registro profissional junto ao CAU durante o exercício financeiro correspondente.
- (B) tenham completado 30 (trinta) anos de contribuição, computado o tempo de contribuição aos então Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA),
- (C) estiverem regularmente registrados no CAU há mais de 10 (dez) anos consecutivos.
- (D) comprovarem a inexistência de exercício profissional no ano civil correspondente à cobrança da anuidade.
- (E) portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para o Imposto de Renda.

**Questão 58**

A Lei nº 11.888/2008 institui o direito à assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda.

Considerando as disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse direito é assegurado às famílias com renda mensal de até três salários mínimos para projeto e construção de habitação destinada à própria moradia.
- (B) A assistência técnica prevista na lei refere-se à elaboração de projetos arquitetônicos, sem envolver acompanhamento técnico das obras.
- (C) O atendimento às famílias beneficiárias ocorre por meio de programas federais, sendo conduzido diretamente pelos órgãos da União.
- (D) Os serviços de assistência técnica são executados por profissionais vinculados prioritariamente aos quadros permanentes da administração pública.
- (E) A política de assistência técnica foi instituída para aplicação em áreas urbanas, não abrangendo contextos rurais.

**Questão 59**

A Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, com alterações posteriores, estabelece procedimentos administrativos para a gestão e cobrança de débitos relativos a anuidades e multas de responsabilidade de pessoas jurídicas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

De acordo com o disposto nos arts. 20 e 21 dessa resolução, após a consolidação anual dos débitos não ajuizados referentes a anuidades e multas de pessoas jurídicas, compete ao CAU/UF:

- (A) emitir aviso de cobrança ao responsável legal da pessoa jurídica, concedendo prazo de 30 dias para pagamento ou parcelamento dos débitos vencidos.
- (B) encaminhar automaticamente os débitos consolidados para inscrição em dívida ativa, independentemente de notificação prévia ao responsável legal da pessoa jurídica.
- (C) promover imediatamente a suspensão do registro da pessoa jurídica até que ocorra o pagamento integral das anuidades e multas em atraso.
- (D) conceder prazo de 60 dias para manifestação da pessoa jurídica, com possibilidade exclusiva de quitação integral da dívida.
- (E) encaminhar diretamente os débitos consolidados para execução judicial, dispensando procedimento administrativo prévio de cobrança.

**Questão 60**

A Resolução CAU/BR nº 198, de 15 de dezembro de 2020, estabelece normas relativas à fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo no âmbito do Sistema CAU, definindo objetivos, procedimentos e sujeitos alcançados pelas ações fiscalizatórias.

Considerando essas disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização ocorre somente após provocação formal de interessado ou mediante denúncia apresentada aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo.
- (B) O objeto da fiscalização consiste exclusivamente na verificação do registro profissional do arquiteto e urbanista perante o Conselho competente.
- (C) As atividades de fiscalização abrangem apenas profissionais registrados no CAU, não alcançando situações envolvendo pessoas não habilitadas.
- (D) As ações de fiscalização concentram-se na aplicação de penalidades disciplinares decorrentes de infrações ao exercício profissional.
- (E) A fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo busca assegurar à sociedade serviços prestados por profissionais habilitados, em conformidade com a legislação vigente e com os atos normativos do CAU.

**Questão 61**

O registro de pessoas jurídicas que exercem atividades relacionadas à Arquitetura e Urbanismo junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) está sujeito a condições e procedimentos administrativos definidos pela Resolução CAU/BR nº 28, de 6 de julho de 2012. Após a análise da documentação e o deferimento do pedido de registro, a norma estabelece providências a serem cumpridas pela pessoa jurídica antes do início de suas atividades profissionais.

De acordo com essa resolução, uma vez deferido o registro, a pessoa jurídica deverá, antes de iniciar suas atividades, efetuar junto ao CAU/UF:

- (A) a apresentação de novo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) específico para cada atividade a ser desenvolvida pela empresa.
- (B) a comprovação de regularidade fiscal perante a Receita Federal e os fiscos estaduais e municipais.
- (C) a atualização cadastral completa no SICCAU, independentemente de alteração no ato constitutivo da pessoa jurídica.
- (D) o pagamento da anuidade do exercício corrente.
- (E) o recolhimento de taxa adicional de fiscalização profissional.

**Questão 62**

Considerando a Resolução CAU/BR nº 91, de 9 de outubro de 2014, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) A elaboração de projetos, a execução de obras e a realização de quaisquer outros serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, que envolvam competência privativa de arquitetos e urbanistas ou atuação compartilhada destes com outras profissões regulamentadas, ficam sujeitas ao Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

( ) O RRT identifica, para todos os efeitos legais, o responsável pela realização de atividade técnica no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

( ) O RRT deverá ser efetuado por meio de formulário específico, disponível no ambiente profissional do Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU).

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

**Questão 63**

O cadastro técnico multifinalitário constitui um importante instrumento de organização e integração de informações territoriais, sendo utilizado em diferentes áreas da administração pública e do planejamento urbano. Caracteriza-se pela integração sistemática de dados espaciais, jurídicos e econômicos referentes às parcelas territoriais, com múltiplas finalidades de gestão pública.

Nesse contexto, o cadastro técnico multifinalitário pode ser definido como:

- (A) conjunto de registros administrativos e cartográficos voltados exclusivamente à identificação de imóveis urbanos e rurais para fins de controle patrimonial.
- (B) sistema de informações territoriais limitado à organização de dados urbanos, com foco específico no planejamento do uso do solo municipal.
- (C) base de dados territoriais que integra informações geográficas, jurídicas e econômicas relativas às parcelas do território, destinada a finalidades da administração pública.
- (D) instrumento técnico voltado à constituição de infraestrutura nacional de dados geoespaciais, com foco na padronização e compartilhamento de informações entre instituições.
- (E) sistema cadastral destinado predominantemente à representação cartográfica do território, com ênfase na produção de mapas para ordenamento urbano.

**Questão 64**

Considerando a Resolução CAU/BR nº 18, de 2 de março de 2012, e suas alterações, julgue as frases abaixo.

I. Para efeito de registro, o SICCAU solicitará das instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo a listagem dos profissionais recém-formados.

II. O prazo de registro provisório poderá ser prorrogado por até um ano, sequencial ao período inicial, mediante requerimento do interessado, a ser firmado por meio de formulário próprio disponível no SICCAU, apresentando justificativa para a não apresentação do diploma de graduação devidamente registrado, acompanhada do protocolo de solicitação do diploma junto a instituição de ensino.

III. A atualização das informações do profissional no SICCAU deve ser requerida por meio de preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, apenas em caso de alteração de dados cadastrais.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

**Questão 65**

A transparência no exercício profissional constitui um princípio essencial para a garantia da segurança técnica das obras e para a proteção da sociedade contra práticas irregulares. Nesse sentido, a Resolução CAU/BR nº 75/2014 disciplina a forma como deve ocorrer a indicação da responsabilidade técnica em projetos, obras e serviços de Arquitetura e Urbanismo, inclusive em documentos, placas e peças de comunicação.

À luz dessa resolução, a indicação da responsabilidade técnica deve apresentar, obrigatoriamente, quais informações mínimas?

- (A) Nome do responsável técnico, título profissional, número de registro no CAU e descrição das atividades técnicas desenvolvidas.
- (B) Nome do responsável técnico, endereço profissional, número do contrato firmado com o cliente e número do registro no CAU.
- (C) Nome do responsável técnico, número do RRT, valor da obra executada e prazo de execução do projeto ou serviço.
- (D) Nome do responsável técnico, número do CPF, número do registro no CAU e identificação do proprietário da obra.
- (E) Nome do responsável técnico, número do registro no CAU, valor da remuneração profissional e atividade técnica executada.

**Questão 66**

A Resolução CAU/BR nº 193/2020, com alterações posteriores, estabelece procedimentos administrativos para a cobrança de débitos de anuidades e multas de responsabilidade de pessoas jurídicas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Entre esses procedimentos estão a consolidação dos débitos, a emissão de avisos de cobrança e a definição de prazos para pagamento ou parcelamento antes da adoção de outras medidas administrativas.

Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) Após a emissão do primeiro aviso de cobrança, o responsável legal da pessoa jurídica dispõe de 30 dias para pagamento ou parcelamento da dívida.
- (B) A consolidação anual de débitos é realizada pelos CAU/UF no início de cada exercício financeiro.
- (C) O segundo aviso de cobrança é emitido antes do término do prazo concedido no primeiro aviso.
- (D) Os avisos de cobrança devem ser enviados exclusivamente por correspondência postal com aviso de recebimento.
- (E) O protesto do débito pode ocorrer imediatamente após a identificação da inadimplência pelo sistema do CAU.

**Questão 67**

Durante o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um centro cultural municipal, um arquiteto responsável pela equipe técnica identificou que um dos profissionais colaboradores havia incorporado ao projeto elementos formais, soluções espaciais e representações gráficas praticamente idênticas às de um projeto desenvolvido anteriormente por outro escritório de arquitetura, sem autorização ou menção ao autor original. Ao ser questionado, o colaborador alegou que pequenas alterações dimensionais e cromáticas seriam suficientes para caracterizar uma nova autoria do projeto.

À luz do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Resolução CAU/BR nº 52/2013), a conduta profissional adequada do arquiteto responsável pela equipe consiste em:

- (A) permitir a utilização do projeto adaptado, desde que as modificações realizadas sejam suficientes para descaracterizar formalmente a obra original.
- (B) manter o projeto conforme apresentado, desde que o arquiteto responsável não tenha participado diretamente da reprodução das soluções projetuais.
- (C) repudiar a prática identificada, impedir a utilização do material reproduzido e orientar a equipe para a elaboração de solução original ou devidamente autorizada pelo autor.
- (D) manter o projeto apresentado, desde que seja registrada posteriormente uma menção genérica de inspiração na obra anterior.
- (E) utilizar o projeto adaptado, desde que a obra original não tenha sido registrada formalmente junto ao Conselho profissional.

**Questão 68**

Conforme dispõe a Resolução CAU/BR nº 143, de 23 de junho de 2017, e alterações posteriores, assinale a alternativa correta acerca da condução do processo ético-disciplinar no âmbito do Sistema CAU.

- (A) A condução do processo ético-disciplinar observará princípios como legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, contraditório e ampla defesa.
- (B) A infração disciplinar considera-se praticada no momento em que seus efeitos passam a produzir consequências perante o Conselho profissional.
- (C) As disposições processuais estabelecidas pela resolução aplicam-se aos processos instaurados após a sua publicação, preservando-se os procedimentos anteriores.
- (D) O enquadramento das infrações disciplinares ocorre diretamente com base na Lei nº 12.378/2010, independentemente das regras do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.
- (E) A caracterização da omissão disciplinar depende da demonstração de dano efetivo decorrente da conduta do profissional.

**Questão 69**

No âmbito das obrigações profissionais estabelecidas pelo Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, os arquitetos e urbanistas devem observar algumas regras relativas às relações com os contratantes e ao exercício responsável das atividades profissionais.

De acordo com esse Código, os arquitetos e urbanistas podem:

- (A) aceitar remuneração oferecida por fornecedores vinculados à obra, desde que não haja interferência técnica no projeto.
- (B) aceitar remuneração de duas partes envolvidas no mesmo contrato, apenas quando haja ciência de ambas.
- (C) assumir serviços profissionais somente quando dispor das habilidades, conhecimentos e recursos necessários para cumprir os compromissos firmados com o contratante.
- (D) divulgar informações confidenciais de contratantes quando houver interesse público presumido.
- (E) assumir serviços profissionais mesmo sem possuir plena qualificação técnica, desde que supervisionado por outro profissional de maior qualificação.

**Questão 70**

Uma sociedade empresária pretende registrar-se no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de sua unidade federativa para atuar na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Ao analisar o pedido, o CAU/UF deve verificar se os objetivos sociais da empresa são compatíveis com as atividades profissionais da Arquitetura e Urbanismo.

De acordo com a Resolução CAU/BR nº 28/2012, o requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF:

- (A) será analisado pelo CAU/UF considerando os objetivos sociais da pessoa jurídica e a indicação de responsável técnico arquiteto e urbanista, podendo ser deferido quando houver relação indireta com atividades da área.
- (B) somente será deferido quando os objetivos sociais da pessoa jurídica forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo.
- (C) poderá ser deferido quando a empresa possuir entre suas atividades serviços técnicos correlatos à área da construção ou planejamento urbano, desde que haja arquiteto e urbanista responsável técnico indicado.
- (D) dependerá da apresentação de responsável técnico arquiteto e urbanista regularmente registrado, desde que os serviços previstos no objeto social não contrariem as atribuições profissionais definidas em lei.
- (E) poderá ser deferido quando a pessoa jurídica comprovar inscrição no CNPJ e apresentar responsável técnico arquiteto e urbanista, desde que os objetivos sociais incluam atividades relacionadas ao ambiente construído.

## DISCURSIVA/REDAÇÃO

---

A Lei Federal nº 11.888/2008 instituiu a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (ATHIS) destinada às famílias de baixa renda. Passados mais de quinze anos de sua promulgação, a efetivação dessa política pública ainda enfrenta desafios estruturais, operacionais e financeiros em diversos municípios brasileiros.

Considerando o contexto apresentado, seus conhecimentos sobre a Lei Federal nº 11.888/2008 e as atribuições profissionais regulamentadas pelo CAU, redija um texto dissertativo, de no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas, discutindo os desafios para a efetivação da assistência técnica pública e gratuita em arquitetura e urbanismo (ATHIS) e as possíveis estratégias para sua implementação e ampliação nos municípios brasileiros.

Seu texto deve abordar:

1. Os principais obstáculos à implementação da ATHIS;
2. O papel do arquiteto e urbanista nesse contexto;
3. Propostas viáveis para fortalecer essa política pública.



**RASCUNHO PARA DISCURSIVA/REDAÇÃO**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30